

CARTA DE COBRANÇA EXTRAJUDICIAL

CREDOR: _____

CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

DEVEDOR: _____

CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

ASSUNTO: COBRANÇA DE DÉBITO EXTRAJUDICIAL

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, notificamos V.Sa. acerca da existência do débito abaixo relacionado, referente a obrigações assumidas junto a esta parte credora, cujo pagamento encontra-se em atraso.

DETALHES DO DÉBITO:

Valor principal: R\$ _____

Multa contratual (se aplicável): R\$ _____

Juros de mora: R\$ _____

Correção monetária: R\$ _____

Total atualizado: R\$ _____

Descrição da obrigação/devedor:

Solicitamos que o pagamento do valor integral seja efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do recebimento desta notificação, a fim de evitar a adoção das medidas judiciais cabíveis para a satisfação do crédito.

Forma de pagamento:

- **Depósito/transferência bancária em favor do credor, no seguinte banco e conta:**

Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

- **Em caso de dúvidas ou negociação, favor entrar em contato pelo telefone ou e-mail acima.**

Informamos que, caso o pagamento não seja realizado dentro do prazo indicado, poderão ser

acrescidos ao débito os encargos legais previstos em contrato e na legislação vigente, bem como a cobrança judicial do montante devido, com acréscimos legais, honorários advocatícios e custas processuais.

Esta notificação é expedida com fundamento no artigo 726 do Código Civil e demais dispositivos legais aplicáveis.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Nome do Credor / Representante Legal

CPF/CNPJ: _____

Assinatura

Local

Data

Fonte original deste documento:

<https://modelos-br.com/cobranca-extrajudicial/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelos-br.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.